



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO URUGUAI

1 Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, na sede
2 do Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA), localizado na Avenida Francisco
3 Carlos Banderó, 39, bairro Tiro, na cidade de São Borja/RS, ocorreu a 11ª
4 Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Gestão da Região Hidrográfica do
5 Uruguai. **Membros Presentes:** Comitê Ijuí – Luis Augusto de Almeida Persigo;
6 Comitê Ibicui – Ivo Mello; Comitê Turvo – Adilson Steffen; Comitê Santa Maria
7 – Eldo Frantz; Comitê Butuí-Icamaquã – Luciano Alegre e Lúcio Aquino; Comitê
8 Passo Fundo – Claudir Alves; Comitê Quaraí – Silvino Vicente Panziera;
9 Comitê Várzea – Ivan Viana; SEMA – Marco Antônio Tirelli; Comando
10 Ambiental – 1º Tem QTPM João Luis Ferreira Müller. **Demais Participantes:**
11 Comitê Santa Maria – Lisiane Porto; CBH Butuí e Icamaquã – Mirela Azevedo
12 Ferreira; Comitê Turvo – Cristiane M. Loebens; Secretaria do Meio Ambiente
13 de Bagé – Aroldo Quintana Garcia. A reunião se deu com a abertura feita por
14 parte do Vice-presidente (Presidente em exercício) Luciano Alegre,
15 agradecendo a presença de todos e solicitando a autorização para a gravação
16 da reunião para posterior geração da Ata, passando-se imediatamente a
17 resolução dos itens da pauta. **Item 1. Aprovação da Ata da 10ª Reunião**
18 **Ordinária da CTU:** debatida e aprovada com abstenção do CBH do Rio Ijuí,
19 que não esteve presente na última reunião. **Item 2. Eleição da Diretoria da**
20 **CTU:** Luciano Alegre foi indicado por Eldo Frantz, aceitando a mesma para
21 assumir a Presidência com aprovação de todos os demais presentes. Para a
22 Vice-presidência foi indicado Claudir Alves, do CBH Passo Fundo, também
23 aceitando e sendo aprovado por todos. **Item 3. Demandas das Bacias**
24 **Hidrográficas para o orçamento do FRH 2018:** oficializar, através da CTU,
25 ao CRH questionando o andamento das demandas apresentadas em 2016.
26 **Item 4. Avaliação/Contextualização/Discussão do Programa PróComitês:**
27 os Comitês presentes expuseram suas dificuldades, especialmente no que
28 trata da área da comunicação. Nesse sentido, o CBH Passo Fundo irá
29 disponibilizar seu Plano de Comunicação aos demais CBH's para avaliação e
30 ajustes na utilização e divulgação das atividades de cada Comitê. Ainda,
31 conforme os presentes, a maior necessidade dos CBH's está na capacitação,
32 considerada importante e de relevante interessante a realização de reuniões
33 técnicas e o compartilhamento de conhecimentos, tendo em vista a existência
34 de membros com conhecimento técnico e específico sobre a gestão de
35 recursos hídricos e sobre os comitês de bacias. **5. Avaliação e discussão**
36 **sobre o ZEE:** a discussão envolveu a questão da nomenclatura – zoneamento
37 ecológico ambiental ou zoneamento ecológico econômico: qual seria a
38 definição mais correta? - e também da forma como as reuniões das ZEE's
39 estão sendo realizadas; como está se dando o envolvimento da comunidade
40 nestas decisões e o quanto isso envolve e/ou prejudica a realização e
41 implantação dos projetos dos planos. Foi pontuado que em algumas regiões do
42 Estado as reuniões do Zoneamento não foram realizadas, conseqüentemente
43 na comunidade não foi ouvida (caso do Comitê Várzea). Com relação a
44 realização das reuniões da ZEE também ouve relato da pouca participação e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO URUGUAI

45 pouco envolvimento dos Coredes em determinadas regiões, entendido pelos
46 participantes um grave prejuízo a participação da comunidade para o sucesso
47 do plano. **Item 6. Sugestões e discussões sobre a Resolução CRH nº 4,**
48 **composição e regimento internos dos Comitês de Bacias:** Eldo Frantz, que
49 faz parte do grupo de trabalho de avaliação, esclarece que a Resolução foi
50 encaminhada para a CTIJ e possui justificativas em Nota Técnica, sobre as
51 alterações sugeridas, tendo cada apontamento sendo realizado previamente e
52 discutido incansavelmente até o consenso sobre a definição das alterações.
53 Eldo ainda esclarece que os CBH são convidados a contribuir, porém há pouca
54 participação dos mesmos e no próximo dia 10 de maio o documento será
55 apresentado ao CRH durante a reunião. Um dos pontos colocados que sofrerá
56 alteração diz respeito as categorias que compõem os de representantes do
57 saneamento e esgotamento sanitário, a qual passa a ser dividida em duas
58 categorias. Outra discussão trazida por Eldo foi sobre a categorização dos
59 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, os quais inicialmente foram dado como
60 não podendo ser inseridos na categoria de “usuário de água”, porém sem
61 justificativa plausível para estar inserida tão somente como organização
62 sindical. A discussão esteve voltada ao fato de que este tipo de entidade
63 representativa, em partes do Estado, não possui em sua descrição estatutária
64 se enquadram-se como Sindicato ou apenas usuários e que os Comitês
65 poderiam avaliar qual categoria os STRs seriam representantes, solicitando
66 que seja bem especificada a categorização escolhida. A revisão dos
67 Regimentos Internos dos Comitês, com atualização e alteração de dados dos
68 mesmos é outro ponto de especial atenção da CTIJ. A contribuição para
69 alterações na Resolução pode ser feita até a véspera da Reunião da CTIJ, ou
70 seja, até a data de 08 de maio. A CTIJ irá organizar um roteiro de alterações
71 nos Regimentos, que deverá ser avaliado posteriormente pelos CBHs e, em
72 caso de alterações realizadas, serem enviados os documentos definitivos ao
73 CRH. **Item 7. Plano Estadual de Recursos Hídricos, atualização da**
74 **CTPERH:** Presidente Eldo informou que esta é mais uma Câmara Técnica do
75 CRH. Dentro desta Câmara duas decisões foram tomadas, sendo a primeira
76 delas a sugestão à Assembleia Legislativa para a modificação da Lei 10.350,
77 extinguindo a necessidade de existência de uma Lei Estadual para a
78 implantação do Plano Estadual de Recursos Hídricos e a segunda, a
79 atualização da Resolução 141 em relação aos prazos exigidos pela Resolução
80 dado o fato que alguns seriam de até dois anos e a discussão já corre há pelo
81 menos quatro anos. Outra sugestão foi encontrar maior participação dos
82 Comitês nas discussões, porém há um ano não são realizadas reuniões com a
83 participação dos CBHs para discussão do Plano. A reunião convocada para o
84 ano passado não obteve quórum para realização. A proposta é sugerir ao CRH
85 para a retomada da Câmara Técnica. **Item 8. Situação do Conesan – minuta**
86 **resolução e soluções propostas:** Presidente Claudir informou que o tema
87 entrou na pauta da última reunião ordinária do Conesan e foi encaminhada
88 para pauta de reunião extraordinária, dada a Resolução 128 da Consema que



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO URUGUAI

89 impacta diretamente na questão do tratamento do esgoto. Poderão ser feitas
90 alterações na Minuta conforme as solicitações vindas dos Municípios através
91 da Famurs. A Resolução 128 precisa esclarecer todos os procedimentos para o
92 tratamento dos efluentes. A AGERGS possibilitou a cobrança pela
93 disponibilidade de redes. A discussão da temática estava relacionada às
94 Resoluções que atualmente estão em vigor, dada existência de duas
95 normativas semelhantes e a necessidade dos Municípios em realizar a licitação
96 de serviços para o tratamento dos efluentes sem estar em desacordo com a
97 legislação. Conforme o Presidente Eldo, é necessária a disponibilidade por
98 parte do município das redes para o tratamento das redes pluviais e a
99 fiscalização, no entanto, não há como ocorrer o monitoramento correto destas
100 redes por parte das cidades visto que as redes podem estar expostas ou
101 submersas. Também existe a responsabilidade do usuário/particular na ligação
102 das residências com a rede e em caso de impossibilidade do investimento, o
103 mesmo deverá ser feito pelo Poder Público Municipal, o qual não detém de
104 recursos financeiros para tanto. Os municípios também precisam adequar os
105 Planos Municipais de Saneamento com o Plano de Bacias e a indicação da
106 necessidade da criação dos separadores absolutos como opção para o
107 tratamento. Outro indicativo está ligado a contratação de consultorias privadas
108 para a execução dos Planos Municipais de Saneamento e a carência da
109 existência de um plano de viabilidade econômica que realmente seja viável a
110 sua execução. **Item 9. Regimento interno das CTs e CRH:** Presidente
111 Luciano esclarece que na última reunião do CRH foi solicitado que as Câmaras
112 Técnicas sejam mais pró-ativas, sendo entendido que há a necessidade da
113 criação do Regimento Interno. Presidente Eldo sugere que a CTU leve ao CRH
114 a necessidade de haver um Regimento Interno para cada CT, questionando a
115 abrangência de um Regimento Interno abrangente a todas as CTs, dadas as
116 especificidades de cada Câmara. **Item 10. Capacitações: demandas e**
117 **previsões para os Comitês:** Mesmo encaminhamento do Item 3. **Item 11.**
118 **Convênios de manutenção: situação dos CBHs e**
119 **adequações/informações da nova metodologia dos convênios:** Os CBHs
120 Turvo e Passo Fundo estão em processo de conclusão do período da primeira
121 etapa do convênio de manutenção – de quatro anos. Presidente Claudir (CBH
122 Passo Fundo) coloca a situação do CBH Passo Fundo que conseguiu a
123 aprovação do aditivo de 12 meses para funcionamento, que já fora solicitado
124 com antecedência. O CBH Apuaê está momentaneamente sem verbas, dado o
125 fato de não ter conseguido a aprovação do aditivo. Presidente Eldo (CBH Santa
126 Maria) sugere uma capacitação/oficina para esclarecer a participação das
127 Instituições no novo modelo. Presidente Claudir esclareceu que o modelo tido
128 hoje é o do CBH Tramandai que, através de um Termo de Parceria que está
129 sendo adequado para a garantia do repasse de verbas para a manutenção dos
130 convênios, está verificando os ajustes da atual entidade mantenedora do
131 Convênio – algumas entidades não estão mais adequadas conforme a nova
132 legislação. A indicação é de repassar ao CRH a necessidade de verbas para a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO URUGUAI

133 manutenção dos convênios ativos. Outra indicação é a padronização da
134 utilização dos valores a serem gastos pelo motivo de que os valores precisam
135 ser reavaliados com a verificação dos reajustes nas rubricas existentes,
136 encontrando entre os CBHs da CTU a solução para as demandas expressas
137 nos planos de trabalho. Encaminhamento: aditivo de prazo, reajustes de
138 valores através do CRH e oficina de capacitação para adequação às novas
139 normas dos convênios. **Item 12. Cronograma de reuniões para 2017:**
140 proposta do Presidente eleito que sejam realizadas a cada dois meses, na
141 última semana do mês, anterior a reunião do CRH. A próxima reunião ficou
142 agendada para 26 e 27 de junho (segunda e terça-feira), na cidade de Erechim.
143 Em agosto, a proposta é a realização da reunião da CTU em Frederico
144 Westphalen, durante a realização de um evento de capacitação que será
145 realizado na cidade na 3ª semana do mês. Para outubro, a previsão é de
146 realizar a reunião em Livramento, no dia 26/10. A última reunião do ano será no
147 Parque Estadual do Turvo, em Derrubadas, no mês de novembro. **Item 13.**
148 **Transposição de bacias/regiões hidrográficas:** integrantes dos CBHs
149 informaram quais os rios tem transposição dentro da sua abrangência e as
150 consequências destas para conhecimento e disseminação de opiniões sobre a
151 viabilidade e impactos dessas ações. **Item 14. Assuntos gerais:** Antes do
152 início do debate dos assuntos gerais o Vice-Presidente Lúcio Aquino informou
153 que, durante a reunião, entrou em contato com o gabinete do Deputado
154 Estadual Marcel Van Hatten para ter mais informações sobre o Plano Estadual
155 de Recursos Hídricos, tendo retorno que a proposição 109215 está atualmente
156 no Gabinete do Deputado Gabriel Souza, com a proposta de alteração da Lei
157 10350. A assessora de Van Hatten fez contato na SEMA, sendo informado que
158 na resolução 141 já alterou o que era de interesse da Secretaria. A partir disso,
159 passou-se aos assuntos gerais, iniciando pela indicação dos CBHs para
160 compor o Grupo de Trabalho do PróComitês, ficando estabelecido a
161 representação do CBH Butuí e Icamaquã e do CBH Passo Fundo – eleitos
162 Presidente e Vice-presidente da CTU. Foram registrados os convites para
163 eventos nos CBH: em agosto será realizado o 2º Seminário de Gestão em
164 Frederico Westphalen, com reunião do Fórum e da CTU; evento em Bagé, de
165 05 a 09 de junho e do CBH Turvo, de 07 e 08 de junho, com mais informações
166 a serem repassadas posteriormente pelos organizadores. Nada mais havendo
167 a tratar, a reunião se deu por encerrada. Ata foi gravada e posteriormente
168 redigida a partir da síntese gerada pela Secretária Executiva do CBH Butuí e
169 Icamaquã, Mirela Azevedo Ferreira. Luciano dos Santos Alegre - Presidente
170 eleito da CTU.